



Cuba em transformação: regime político e o contexto da “atualização do modelo econômico e social”

*Julian Araujo Brito*¹

Resumo: O artigo pretende analisar a emergência das reformas econômicas aprovadas no 6º Congresso do Partido Comunista de Cuba em 2011 dentro do contexto atual do seu regime político, agora sob o comando de Raul Castro. As recentes transformações no projeto socialista cubano apontam, inicialmente, para uma maior liberalização da economia, cedendo espaços aos mecanismos de mercado e à iniciativa privada, entretanto, sem abrir mão do planejamento e do controle estatal. Com o objetivo de compreender as razões que levaram a estas proposições, buscaremos abordar alguns aspectos políticos e econômicos que conduziram à etapa que está sendo chamada de “atualização do socialismo”. Duas décadas de uma crise econômica mais ou menos aguda culminou em uma espécie de encruzilhada da Revolução cubana, e neste quadro, o lançamento do processo reformista constituiria uma estratégia decisiva para a transição geracional na cúpula do poder cubano e uma tentativa de renovar a legitimidade do regime para os novos cenários que se afiguram.

Palavras-chave: Cuba; Revolução; Socialismo; Reformas econômicas.

Cuba en transformación: régimen político y el contexto de la “actualización del modelo económico y social”

Resumen: El artículo analiza el surgimiento de las reformas económicas adoptadas en el sexto Congreso del Partido Comunista de Cuba en 2011, en el contexto actual de su régimen político ahora bajo el mando de Raúl Castro. Las transformaciones recientes en el proyecto socialista cubano apuntan inicialmente hacia una mayor liberalización de la economía, dando espacios a los mecanismos de mercado y a la iniciativa privada, pero sin renunciar a la planificación y el control del Estado. Con el fin de comprender las razones de estas propuestas, vamos a tratar de abordar algunos de los aspectos políticos y económicos que llevaron a la etapa que se le está llamando "actualización del socialismo". Dos décadas de una crisis económica más o menos aguda culminaron en una especie de encrucijada de la Revolución cubana, y en este contexto, la puesta en marcha de las reformas sería una estrategia decisiva para la transición generacional en la cúpula de poder cubano y un intento de renovar la legitimidad del régimen para los nuevos escenarios emergentes.

Palabras-clave: Cuba; Revolución; Socialismo; Reformas económicas.

Changes in Cuba: the political regime and the context of the "updating economic and social model"

Abstract: The article analyzes the emergence of economic reforms adopted in the 6th Congress of the Cuban Communist Party in 2011 within the context of the current political

¹Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do CNPq. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Email: julian_araujo9@hotmail.com

regime, now under the command of Raul Castro. The recent transformations in Cuban Socialist Project caused initially one further liberalization of the economy, giving spaces to market mechanisms and the private sector. However, without giving up the planning and state control. The purpose this article is understanding the reasons for these propositions. For this we will seek to approach some aspects of political and economic factors that led to the stage that is being called "updating socialism". Two decades of an economic crisis more or less acute culminated in a sort of crossroads of the Cuban Revolution. Therefore we go to analyze the launch of the reform process, if it would be a decisive strategy for generational transition of power at the top Cuban, as an attempt to renew the legitimacy of regime for new scenarios.

Keywords: Cuba; Revolution; Socialism; Economic reforms

Introdução

Novamente a atenção mundial se voltou a Cuba. Depois do afastamento de Fidel Castro e a ascensão de Raul Castro à presidência do país, agora o alvo é o processo reformista em curso, internamente denominado de atualização do modelo econômico e social, ou simplesmente “atualização do socialismo”. Este aparece inicialmente como uma reforma dos mecanismos direção centralizada da economia, das relações de propriedade e sua gestão, e portanto, constituem uma tentativa de reforma econômica mais ampla. Seu objetivo é dinamizar e modernizar a economia nacional, retirando possíveis travas anacrônicas que estariam impedindo o desenvolvimento do país. Além disso, insere-se num contexto de dificuldades estruturais do modelo socialista cubano (marcado historicamente pelo estatismo e centralização), bem como conjunturais (reflexos da crise capitalista de 2007 e a reinserção internacional de Cuba especialmente com os países da América Latina e com a China).

Por um lado, segundo os dirigentes cubanos, não se abre mão do conteúdo socialista do sistema, que se expressaria no predomínio da propriedade pública dos meios de produção – isto é, a manutenção dos meios fundamentais de produção estatais, empresas mistas e cooperativas - e do planejamento central de um setor da economia ainda majoritário. Por outro lado, uma mudança importante é o do reconhecimento do mercado enquanto um mecanismo de alocação que deverá ser levado em conta pela direção da economia – respeitando suas dinâmicas e ao mesmo tempo buscando controlá-lo. Consequentemente, busca-se a retração de funções econômicas diretas sob responsabilidade do Estado, implicando a abertura de setores à iniciativa privada (aos trabalhadores autônomos e pequenos empresários) e fomentando a formação de cooperativas urbanas de produtos e serviços mediante ao arrendamento da propriedade até então estatal. Enfim, procura-se criar de um setor não estatal mais amplo.

O programa reformista, contido no documento “*Lineamientos de la política económica y social del Partido y La Revolución*” e discutido no VI Congresso do Partido

Comunista de Cuba em 2011, veio acompanhado de alguns sinais que podem ser considerados uma novidade no contexto político do país.

Em primeiro lugar a emergência de um discurso oficial crítico, especialmente de Raul Castro, que ao reconhecer os problemas e as falhas do sistema, passou a defender a necessidade de “reformas estruturais”. Em boa medida, este tom crítico foi antecipado por um discurso de Fidel Castro em 2005 em que atentou para a possibilidade de reversão do processo revolucionário por erros internos, em especial o crescimento das desigualdades e da corrupção. As principais críticas do novo líder são remetidas ao “paternalismo estatal” e à “inércia individual de quadros intermediários (dirigentes políticos) e diretores de empresa”, produzidos historicamente por um ordenamento econômico fortemente centralizado, no qual os cidadãos esperavam as soluções vindas de cima; crítica ao “igualitarismo” que, por sua vez, estaria nivelando por baixo as condições de vida dos trabalhadores mediante inúmeras “gratuidades e subsídios excessivos” concedidos pelo Estado; e a crítica frequente à ineficiência econômica das empresas estatais, que se expressaria em baixa produtividade, escassez de produtos, corrupção, descontrole administrativo etc.

Em segundo lugar, após o esfacelamento da União Soviética (URSS) a liderança cubana enfatizou os efeitos do bloqueio econômico norte-americano² como a causa principal das extremas dificuldades econômicas em que o país mergulhou. Ou seja, para além das dificuldades reais que o bloqueio impunha (e impõe), o foco neste aspecto constituiu uma estratégia política de sobrevivência do governo durante o chamado Período Especial³ (BRITO, 2012). No entanto, passado o momento mais difícil, agora se admite que este é apenas um problema e que o sistema econômico possui deformações intrínsecas que estariam obstaculizando o desenvolvimento do país. Ainda que permaneçam as sanções dos EUA, o foco no “inimigo externo” parece deixar de ser a preocupação central. E desta forma, o governo estaria sinalizando uma atenção especial ao enfrentamento das questões internas mais prementes, que afetam a vida cotidiana da população.

Além disso, também chamou atenção uma abordagem política diferenciada com relação a outros momentos reformistas da Revolução (MESA-LAGO, 2012). A ascensão de Raul Castro deu início a um dos debates mais críticos na história recente de Cuba, podendo ser entendido como uma tentativa de superar um falso dilema que vigorou durante algum tempo entre reforma e revolução. Ou seja, no início dos anos 1990 o governo evitou o termo “reforma” para as medidas de combate à crise econômica, uma vez que identificava a reforma

²Também conhecido por embargo econômico, foi decretado em 1962.

³O chamado “*Periodo Especial en Tiempos de Paz*” foi a expressão utilizada pelo governo cubano para designar o momento crítico do país após a queda do muro de Berlim e a desaparecimento do Bloco Socialista. Segundo o economista cubano Julio Carranza, entre 1990 e 1993, o Produto Interno Bruto sofreu uma retração de 32% e as importações diminuíram 76%.

do socialismo com o “revisionismo” e, portanto, como a porta de entrada de uma transição capitalista. Em parte, isto pode ser visto como uma reação às transformações que estavam ocorrendo nos antigos regimes comunistas do Leste Europeu, visando-se distanciar daquele rumo⁴. Durante o momento mais crítico do Período Especial, que se seguiu ao colapso do Bloco Soviético, a liderança cubana recorreu a uma controlada abertura vista muito mais com caráter emergencial, basicamente como uma imposição das circunstâncias, e não como uma estratégia reformista mais ampla. O êxito do projeto atual, de outro modo, afigura-se como estratégico não só em vista de dar respostas a uma duradoura crise econômica que vem afetando o país, mas sobretudo, em assegurar a sustentabilidade futura do poder revolucionário.

Sem pretensões de esgotar o tema e ciente das limitações deste artigo, nosso objetivo é analisar a emergência deste processo dentro de um quadro econômico e político mais amplo. Ou seja, o momento que se abriu após a guerra-fria foi especialmente desfavorável às experiências de construção socialistas, tendo Cuba mergulhado em profunda crise, a qual colocou à prova a legitimidade e a autoridade do Partido Comunista e do governo encabeçado por Fidel Castro. Depois de superado o momento mais difícil do Período Especial - frequentemente descrito como a etapa de resistência do projeto socialista frente à avalanche neoliberal -, muitos autores apontaram que a Revolução cubana vivia uma espécie de “dilema ou encruzilhada” na redefinição do seu projeto social. Coincidentemente, agora o regime revolucionário experimenta uma transição geracional que deverá renovar a camada dirigente, sem os líderes históricos como Fidel e Raul Castro, o que poderá configurar um cenário político novo e, portanto, incerto⁵. No entanto, para assegurar a continuidade do regime no futuro e renovar a sua legitimidade, a necessidade de reformas internas parecia cada vez mais evidente.

A crise do “socialismo realmente existente” e o “Período Especial” em Cuba

A desagregação dos regimes (autointitulados) comunistas no Leste Europeu, na virada para os anos 1990, intensificou uma crise de amplas proporções na esquerda de orientação socialista. O debate acerca do fracasso da revolução no ocidente já vinha de muito tempo, entretanto, a crise do “comunismo marxista-leninista” era tão grave que o historiador Robin Blackburn (1993) afirmou que este já era incapaz de constituir uma alternativa aceitável ao capitalismo, chegando até mesmo a comprometer a própria ideia de socialismo. Na esteira do

⁴A Glasnost e a Perestroika em marcha no Leste Europeu desdobraram-se na derrocada completa daqueles sistemas.

⁵ Com essa afirmação não é nossa intenção reduzir o processo revolucionário aos desejos de seus líderes, senão atentar para o alto poder de coesão da ‘geração histórica’ na condução do país. Em seu discurso de posse para o quinquênio 2013-2017 Raul Castro afirmou que este será seu último período à frente do governo.

desmoronamento daqueles regimes, o socialismo identificado como a economia centralmente planejada e a estatização dos meios de produção apareceu como um fracasso histórico frente às modificações na dinâmica econômica global, agora fadado à estagnação, à ineficiência e à obsolescência tecnológica.

Os países do Leste Europeu que vinham no rumo reformista da Glasnost e Perestroika, menos por razões de mera eficiência econômica do que razões políticas mais complexas, foram conduzidos a uma ruptura sistêmica em que prevaleceram as soluções ultraliberalizantes – mediante a chamada ‘terapia de choque’ – que selou a transição à economia de mercado e a restauração do capitalismo (FERNANDES, 2000). As próprias antigas elites dirigentes abandonaram qualquer menção ao socialismo, e não se contentando em por abaixo todo aquele ordenamento institucional, criou-se um atmosfera ideológica marcadamente anticomunista que buscou negar radicalmente o passado recente (LEWIN, 2007).

Ainda que este fenômeno de enorme transcendência tenha impactado a geopolítica mundial e o pensamento de esquerda, não se verificou o mesmo processo em outros países onde ainda subsistiam Partidos Comunistas no poder, como Cuba, China, Vietnã e Coréia do Norte. Entre eles havia o traço comum de que seus regimes haviam emergido de autênticas revoluções nacionais em que a opção socialista não fora uma imposição externa. Mesmo assim a necessidade de renovação atingia a todos, conforme salientou Blackburn:

(...) Sobrevivem regimes que se autodenominam comunistas ou socialistas, mas apesar das realizações que lhes podem ser atribuídas (como, por exemplo, o que foi feito em Cuba nas áreas de saúde e educação), é fora de dúvida que também esses regimes precisam ser renovados e reorientados de modo mais completo, que vise não apenas a criar uma cultura e uma organização política mais genuinamente democrática, como também a descortinar um modelo econômico novo e viável (BLACKBURN, 1993 P. 107).

A China e o Vietnã já haviam iniciado reformas que reordenaram a estrutura econômica, respectivamente a partir de 1978 e 1986, apostando em uma economia mista com forte presença do mercado - abertura à iniciativa privada e ao investimento estrangeiro, juntamente com a permanência de empresas estatais em setores estratégicos -, dispostas à competição no mercado global. O Partido Comunista Chinês denominou esta formação como uma economia de mercado socialista (o “socialismo com características chinesas”) ou, segundo alguns estudiosos, melhor definido por “capitalismo de Estado” (MONIZ BANDEIRA 2009; MEDEIROS, 1999). A Coréia do Norte, por sua vez, optou pelo fechamento, adotando o militarismo e a autarquia “juche” como estratégias de sobrevivência, o que culminou praticamente no seu isolamento político e econômico internacional.

No caso de Cuba, até 1990 vigorou um sistema que poderíamos considerar como o *socialismo realmente existente* em sua versão cubana. De um lado, fortemente influenciado pelo modelo soviético e suas vicissitudes burocráticas, tais como: relação hierárquica entre Estado e sociedade (o poder emana, essencialmente, de cima para baixo), fusão entre Partido único e Estado, excessiva centralização político-administrativa etc. A ordem econômica era caracterizada por praticamente absoluta estatização dos meios de produção (apenas permaneceu uma parcela muito pequena de proprietários agrícolas familiares), planificação centralizada, planos quinquenais e mecanismos mercantis restritos. Por outro lado, buscou-se preservar as singularidades do seu regime que remontam a marca nacionalista da Revolução cubana, a qual tentou conjugar o anseio de independência e soberania nacional à opção socialista, frente a permanente agressividade dos Estados Unidos (FERNANDES, 2007).

Ainda que o país tivesse alcançado razoável nível de bem-estar na década de 1980, sua economia altamente dependente do Bloco Socialista mergulhou numa crise sem precedentes quando a ajuda externa da URSS se extinguiu no início dos anos 1990. Neste ano Fidel Castro proclamava o início do Período Especial. O momento era crítico e pairavam muitas dúvidas sobre a capacidade de sobrevivência da Revolução. Aquele modelo poderia permanecer nos marcos de um só país, sem os apoios externos de outrora? Era possível manter um sistema de partido único e economia estatal, em um contexto mundial em que o neoliberalismo alcançou hegemonia nos governos da América Latina e do Leste Europeu? Não se deve esquecer, entretanto, que um fator problematizador seguia sendo a hostilidade norte-americana que, de forma mais intensa, pressionava por mudanças internas na Ilha. Em suma, o que estava em jogo era capacidade do regime cubano de se inserir em um novo contexto global, diferente do qual se processou a revolução e a sua opção socialista (SALAZAR, 1992).

Ainda que pese a intensificação do bloqueio norte-americano, a crise evidenciou que o sistema econômico cubano sequer conseguia reproduzir-se sem a ajuda externa (DILLA, 2007). Diferentemente dos regimes chinês ou vietnamita, a liderança cubana estava disposta a preservar a orientação socialista mediante um tipo de abertura mais restrita e controlada da economia, ao adotar uma estratégia de concessões momentâneas, a contragosto, às relações capitalistas⁶. Entretanto, foi acordado que não haveria reversão das “conquistas do socialismo”, especialmente os sistemas de saúde e educação gratuitos e universais⁷. Embora o governo relutasse em aceitar a necessidade de reformas, principalmente quanto a expansão dos mecanismos de mercado, a estratégia central consistiu na exploração do potencial turístico de Cuba, abertura ao investimento estrangeiro – mediante a associação do Estado com

⁶Foi o que de fato deu a entender o debate realizado em torno do IV Congresso do PCC em 1991, onde se já se afigurava a possibilidade de uma abertura restrita.

⁷Além de saúde e educação, incluem o acesso massivo à previdência social e outras atividades como cultura e esporte subsidiados.

empresas de origem europeia, canadense e mexicana –, e autorização para o trabalho autônomo como alternativa à diminuição dos postos estatais. Neste sentido o historiador Richard Gott (2006) ressaltou que:

Os burocratas cubanos pensaram inicialmente que poderiam reformar o setor externo sem fazer mudanças internas drásticas – apoiando o capitalismo no estrangeiro, mas o socialismo dentro de casa. Queriam um enclave isolado de investimento estrangeiro e turismo que produzisse as divisas necessárias para manter a estrutura social sem mudanças (GOTT, 2006 p.326).

Frente a esta ilusão, entre 1990 e 1994, uma série de medidas governamentais iniciou a liberalização da economia cubana (GOTT, 2006). Em grande parte aquela estratégia de superação da crise obteve êxito, e em passos lentos (a partir de 1994) uma frágil recuperação havia começado. Toda a economia foi aberta ao investimento externo, exceto os setores militares e os sistemas de saúde e educação. Além disso, a reforma constitucional de 1992 retirou o “caráter irreversível” da “propriedade estatal socialista”, admitindo outras formas de propriedade em detrimento da quase total estatização existente, legalizando a propriedade privada, mista e cooperativa. Por fim, instituiu emendas para incentivar e facilitar o investimento estrangeiro. Entretanto, estas medidas não conduziram à privatização das empresas estatais e tampouco foi permitida a acumulação privada de capital nas atividades liberadas ao trabalho autônomo e aos pequenos negócios familiares. Enfim buscou-se limitar a mercantilização do setor interno da economia, permanecendo ainda fortemente subsidiado pelo Estado.

A confluência de problemas intrínsecos e extrínsecos ao sistema – como deficiências do Sistema de Direção e Planificação da Economia (vigente nos anos 1980), a desconexão ao “campo socialista” associada ao bloqueio econômico e ao impacto das reformas em curso - produziram fortes desequilíbrios macroeconômicos, que afetaram duramente a vida cotidiana da população.

A falta de oferta na rede de comercialização estatal gerou um grande crescimento do mercado informal (“mercado negro”), ao qual a população teve de recorrer para complementar a cesta básica, uma vez que a caderneta de racionamento (a “*libreta*”) não supria as necessidades mensais de uma família. Por outro lado, os desequilíbrios levaram a uma crise cambial extrema, verificada pela alta desvalorização do Peso cubano (CUP) frente ao dólar. Em um momento em que o turismo e o investimento externo se expandiam, legalizou-se a posse do dólar e foi permitido a remessa de divisas dos cubanos emigrados, criando dois setores na economia, que por sua vez operavam em dinâmicas e moedas diferentes (área peso e área dólar)⁸. Esta medida, por sua vez, levou ao desestímulo do trabalho formal - como meio para obtenção de renda - já que este operava em moeda

⁸ Em 2004 o Dólar deu lugar ao Peso Cubano Conversível (CUC), que equivale à divisa.

desvalorizada. Conseqüentemente, grande parte da população passou a se valer do intercambio no “mercado negro”, não apenas de alimentos, em que consumidores e vendedores se apropriam de mercadorias do Estado - com frequência através do roubo e desvios -, cujas possibilidades de obtenção de moeda forte eram maiores (CARRANZA, 2002).

Durante a década de 1990 a economia cubana havia se tornado extremamente complexa em seu funcionamento, o que, num aparente paradoxo, criou um elevado nível de desorganização, decorrente das necessidades de articularem-se as diversas interfaces de uma economia na qual coexistiam setores planejados e regulados e o mercados formais e informais. Deste quadro resultaram os principais problemas da economia cubana, em grande parte ainda não solucionados, a saber: baixa produtividade do trabalho na atividade econômica como um todo, em especial na agricultura, obrigando o país a importar a maioria dos alimentos consumidos; dupla circulação monetária e conseqüentemente aumento da desigualdade de renda; sistema de incentivos ao trabalho deficiente, cujo baixo nivelamento salarial tem sido insuficiente para suprir as necessidades básicas das famílias; expansão do “mercado negro”, que torna a corrupção e o desvio de recursos do Estado uma prática generalizada.

A encruzilhada da Revolução cubana

À medida que a economia foi consolidando sua recuperação ao final dos anos 1990 Fidel Castro colocou fim ao ímpeto reformista. Quando a Venezuela passou a fornecer altos subsídios a Cuba, a partir de 2003, iniciou-se um processo de regressão de reformas, reestatização e recentralização das funções econômicas, uma vez superada a etapa mais crítica do Período Especial. (DILLA, 2008; MONIZ BANDEIRA, 2009; MESA-LAGO, 2009). Ou seja, para além de aspectos conjunturais, na base dos problemas que o país enfrenta estaria o fato de que o governo cubano ainda não havia conseguido superar uma concepção de socialismo estatizante, insistindo mesmo após a *débâcle* do *socialismo realmente existente*, em práticas econômicas centralizadas e no acúmulo de funções econômicas estatais. Em suma, diante de uma nova conjuntura e padrões produtivos globais, seguir apostando em um sistema altamente centralizado e sobrecarregado de funções econômicas diretas, estaria dando mostras de que não seria o melhor caminho para encarar os desafios de aceleração do crescimento econômico, melhoria da eficiência e aumento da produtividade como requer a economia cubana atual (VAZQUEZ, 2011).

Em 2005 Fidel Castro fez um famoso discurso na Universidade de Havana em que discutiu a reversibilidade dos processos revolucionários, colocando a possibilidade de derrota

da Revolução e reversão do socialismo em Cuba, não por razões externas - os cubanos já haviam dado mostras da fortaleza política da Revolução cubana quando o inimigo eram os EUA - mas por erros próprios. Neste sentido Fidel chamava atenção para a expansão da corrupção e das novas desigualdades que surgiam no país. E neste mesmo discurso honestamente sentenciou: “uma conclusão a que cheguei ao cabo de muitos anos, entre os muitos erros que todos cometemos, o erro mais importante foi acreditar que alguém sabia de socialismo, ou que alguém sabia como se constrói o socialismo” (CASTRO, 2010 p. 55).

Com efeito, aquela abertura inicial refletia a crise de uma concepção socialista – herdeira do marxismo-leninismo soviético – centrada no predomínio e no protagonismo do Estado na vida social. Muito embora o regime cubano tenha sobrevivido após o fim da URSS, Moniz Bandeira (2009) percebeu neste processo o dismantelamento parcial do *socialismo real*, cujas reformas apontavam timidamente para um sistema do tipo capitalismo de Estado, análogo a experiência chinesa. Entretanto, outros estudiosos como Mesa Lago (2009) e Alonso (2008; 2011) destacaram que as reformas foram insuficientes, não atacaram o problema da concentração e centralização das funções estatais, e por conseguinte, não foram capazes de apontar para uma superação de um “modelo socialista estatal”.

A chegada de Raul Castro ao poder abriu perspectivas de uma mudança de postura no enfrentamento daqueles problemas e coincidiu com um momento decisivo nos rumos da Revolução cubana cujo dilema tem sido: já não é possível sustentar uma concepção de socialismo herdeira do modelo soviético, uma vez que tem dado claros sinais de esgotamento de seu potencial econômico; e ao mesmo tempo, predomina dentro do PCC um rechaço a uma possível abertura generalizada que pudesse conduzir às chamadas transições “pós-comunistas”, como as que se verificaram no Leste Europeu, marcadas pelas políticas neoliberais como a privatização generalizada, corte radical de gastos estatais, liberalização dos preços etc; e portanto não seria uma saída aceitável aos problemas do país.

Apenas com outros termos o sociólogo cubano Aurélio Alonso (2008) observou que o dilema dos cubanos é “sair do caos sem cair na lei da selva”. Em outras palavras, o sistema sócio-econômico existente em Cuba deveria transitar de um modelo socialista que fracassou – recusando a ilusão das instituições liberais - para um modelo socialista viável que conjugue a justiça social com o desenvolvimento econômico. A ideia passa pela tentativa de construir algo novo em vista de sua experiência histórica acumulada, descartando os paradigmas do *socialismo realmente existente* e das democracias capitalistas. Este último é o projeto dos EUA para Cuba, com a possibilidade de vir acompanhado de perda da soberania, porém a maioria dos cubanos, pelo menos por enquanto, parece não estar disposta a aceitar. Assim sendo, para o autor, o desafio dos cubanos é repensar a transição socialista.

Também neste sentido Boaventura Sousa Santos (2009) sustentou - em um texto de título curioso: “*Porque é que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda?*” - que o desafio do envelhecido regime político cubano é passar da resistência à alternativa, e assim renovar o pensamento de esquerda contemporâneo. Isto é, que incorpore mecanismos de democratização substanciais, considerando o legado da “esquerda democrática” latino-americana sem abrir mão da sua experiência histórica de transição socialista, sendo capaz de construir uma alternativa ao socialismo estatal do século XX e a um capitalismo que produz tragédias crescentes (SOUSA SANTOS, 2009).

Já Atilio Borón (2010) ao discutir as dificuldades práticas e teóricas do chamado “socialismo do século XXI”⁹, também chamou atenção para a necessidade de se repensar as concepções socialistas, ao propor uma política de reformas *dentro* do socialismo. Embora não seja um experimento simples e ausente de contradições, ele apontou a possibilidade de um ordenamento econômico mais flexível em que convivam diferentes formas de propriedade social (cooperativas, empresas mistas associadas com o capital privado, empresas controladas pelos funcionários em associação com os consumidores e etc.), desde que prevaleçam os meios de produção fundamentais e os recursos estratégicos estatais; ademais se requer um Estado forte (bem organizado e com legitimidade popular). E advertindo os perigos da paralisia frente à busca de alternativas, afirmou: “agarrar-se a um velho modelo, mesmo que tenha sido bem sucedido no passado, quando as condições nacionais e internacionais que o faziam possível e razoável não existem mais, equivale a se internar numa rota que inexoravelmente culmina num maiúsculo e penoso fracasso” (BORÓN 2010, p. 108).

A dinâmica entre política e reforma econômica

Se nas décadas de 1970 e 1980 o modelo socialista cubano, de inspiração soviética, foi capaz de proporcionar um crescimento econômico extensivo que se traduziu em aumento do bem-estar material, durante o Período Especial ficou claro que a prioridade do governo foi assegurar a manutenção política do regime em uma conjuntura radicalmente adversa. Mesmo que abatido por uma crise de referenciais socialistas, o governo cubano resistiu às políticas neoliberais em ascensão em todo o mundo, e desta forma adiou ou postergou uma reforma econômica sustentada e coerente. Porém, o sistema econômico, ineficiente e desorganizado, além de parecer incapaz de gerar soluções para os problemas da austera vida cotidiana dos cubanos, também passara a conviver com a crescente desigualdade social que emergiu¹⁰.

⁹Borón afirma que não há um projeto único e tampouco um modelo ideal a imitar.

¹⁰Notadamente é visível a divisão na sociedade cubana entre os cidadãos que tem acesso à moeda estrangeira - proveniente do trabalho na atividade turística, algumas empresas que operam em divisas ou das remessas de familiares residentes no exterior -, e os que têm acesso somente à moeda nacional, amplamente desvalorizada.

Situação que de alguma forma estava minando o próprio ideal socialista, na sua projeção de um futuro melhor. A não superação efetiva dos efeitos do Período Especial impunha a necessidade de reformas profundas, visto que duas décadas vividas sob as dificuldades de uma crise econômica mais ou menos aguda alterou significativamente a base de apoio à Revolução, e com isso poderia até comprometer a continuidade de um projeto de orientação socialista.

O tema das reformas, no entanto, é politicamente muito sensível, uma vez que as medidas atuais estão sendo conduzidas pela mesma geração de revolucionários que implantou as transformações socialistas pós-1959. Se por um lado isto implica o reconhecimento de equívocos políticos no passado, por outro lado, alguns observadores assinalam que se deve aproveitar a presença da “liderança histórica”¹¹ para a implementação de reformas estruturais, como aconteceu na “reforma e abertura” na China (1978) e na “renovação” (1986) no Vietnã (VAZQUEZ, 2012). Ou seja, o próprio partido governante, o Partido Comunista, promove e conduz o processo através de seus líderes históricos, que ainda detêm a legitimidade e a autoridade para enfrentar cenários incertos e que tendem a se complexificar à medida que as reformas aprofundam. Em vista do quadro que apresentamos acima, tudo indica não ser mais possível a liderança cubana apostar na mobilização permanente da sociedade para as finalidades econômicas do governo (como Fidel Castro recorreu inúmeras vezes), já que possivelmente não encontraria a mesma ressonância das décadas anteriores. Há, evidentemente, um desgaste do discurso oficial, e isso certamente influenciou o tipo de reforma econômica que está sendo proposta, notadamente mais pragmática.

Alec Nove (1989) em sua análise dos contextos reformistas no Leste Europeu anteriores à Glasnost e Perestroika (1986) salientou que nas sociedades de tipo soviético¹² a possibilidade de surgirem obstáculos a um projeto reformista viria de três situações: (1) a camada dirigente central adota uma postura fortemente conservadora em função de suas posições de poder (ou seja, sabem que mudanças implicam em transferência de poder); (2) os estratos médios da burocracia podem adotar uma postura de resistência às mudanças; (3) ou parte dos cidadãos ambiciona manter o status quo. Quanto ao primeiro aspecto o autor destacou que:

O mau funcionamento do sistema pode criar uma situação intolerável não apenas para o cidadão comum, sem privilégios, mas também para as próprias lideranças. Seus próprios objetivos prioritários ficam inalcançáveis, entre eles a necessidade de

¹¹A “liderança histórica” é denominação que se dá em Cuba para os homens e mulheres que participaram da luta revolucionária como guerrilheiros e posteriormente passaram a ocupar importantes cargos de comando no Estado e no Partido. Fidel e Raul são as figuras mais proeminentes.

¹² Ainda que Cuba se distancie das experiências socialistas da Europa Oriental, sua opção socialista não foi uma imposição externa, muitos autores ainda falam da permanência de um legado soviético no país.

assegurar a aquiescência popular e de satisfazer as crescentes expectativas materiais da população (NOVE, 1989, p.272).

Ainda que Nove trate de outra conjuntura e outros países, algumas aproximações e comparações podem jogar alguma luz sobre o contexto cubano.

Nestes termos era evidente que adotar uma postura imobilista poderia se tornar uma ameaça à estabilidade política do regime. Boaventura Sousa Santos (2009) salientou que a Revolução levou ao limite a tensão possível entre legitimação ideológica e condições materiais de vida. Em outras palavras, o sistema econômico tem-se mostrado deficiente e poderia levar à descrença generalizada da própria ordem política à medida que esta não sinalize um enfrentamento vigoroso das precárias condições econômicas. No limite, centrar o discurso político apenas na conservação do que foi alcançado poderia contribuir para a deslegitimação do regime em um futuro não muito distante¹³.

A provação representada pelo Período Especial pode ter deixado a lição de que os cubanos não estariam mais dispostos a apoiar (ativamente ou por resignação) um sistema que não consegue concretizar as suas próprias promessas de um futuro melhor. Deixar aprofundar a descrença e o distanciamento entre a liderança e as massas seria a decretação de morte do projeto originário da Revolução cubana. Frente a isto, discutir uma solução mais duradoura e integral se tornou uma tarefa urgente para o governo cubano, e foi ciente disso que Raul Castro colocou, pelo menos no discurso público, que o sistema precisa de “reformas estruturais”. A estabilidade política a médio e longo prazo é um objetivo declarado dos dirigentes, em sendo assim, é necessário forjar as condições para sua reprodução em novos cenários. Principalmente quando o processo revolucionário se encontra uma fase de transição geracional na estrutura de poder, com os líderes históricos Fidel e Raul Castro passando os cargos de comando para as novas gerações.

Nove considerou a existência de dois cenários ‘políticos’ diametralmente opostos para a emergência de reformas nos antigos regimes da Europa Oriental:

No primeiro, a autoridade política central se convence da necessidade de reforma, impõe-na aos burocratas conservadores de nível médio e o resto da população a aceita: este foi, mais ou menos, o padrão húngaro. A outra versão depende, ao contrário, da fraqueza e da desorganização do centro (de poder) e da pressão efetiva da opinião pública (NOVE, 1989, p. 275).

Não obstante as particularidades, Cuba aproxima-se mais ao primeiro caso. Apesar do respaldo de grande parte da população ao processo revolucionário, a insatisfação com relação às condições econômicas é evidente. De todo modo, a direção do país se antecipou a qualquer

¹³É comum entre os setores ligados ao governo a referência à situação social pré-1959 como uma forma de justificar os problemas presentes.

sinal de descontentamento organizado e numeroso, ao lançar uma primeira versão das reformas em 2010, com a estabilidade política assegurada depois da sucessão de Fidel Castro. A pressão popular ao governo é uma pressão indireta, na maioria das vezes expressas de forma fragmentada nas “organizações de massa”¹⁴ - controladas pelo PCC - e, portanto, não chega a constituir movimentos massivos de contestação à ordem política¹⁵. Ou seja, a direção do PCC dá sinais de ter um controle relativo da situação, podendo ditar o ritmo das reformas, e pelo menos até agora aponta para uma estratégia de implementação gradual.

Ao conchamar a população a debater e apoiar a “atualização do modelo econômico e social”, Raul Castro tenta canalizar, ao que parece, uma vontade majoritária na população, desejosa por mudanças, conforme deu a entender o amplo debate de convocação ao VI Congresso do Partido. No entanto, o desejo de mudanças é acompanhado de uma certa tensão, sobretudo quando se afigura uma demissão gradual de funcionários estatais que deverão ser realocados para setores não estatais. Por outro lado, as críticas de Raul ao “burocratismo” e à “resistência passiva dos quadros intermediários em mudar a mentalidade” confirmam que existem obstáculos de certa camada burocrática à implementação das reformas.

Alec Nove também destacou que nos regimes de tipo soviético, e aqui equivale ao regime cubano, as principais lideranças políticas são também as lideranças econômicas, e desta forma podem existir conflitos no interior do estrato dominante. Ainda que o PCC não permita o direito a tendências, poderíamos identificar basicamente duas frações internas, que Camila Harnecker (2012) chamou de “estatistas” e “economicistas”, as quais concebem o socialismo, respectivamente, como alguma variante do “socialismo de Estado” e do “socialismo de mercado”. A primeira visão, herdeira dos preceitos que vigoravam no socialismo soviético, é partidária de um Estado forte (não em extensão) e vê a centralização e a verticalização como instrumentos de correção dos problemas principais, identificados com o descontrole e a indisciplina na atividade econômica. A segunda visão considera como pré-condição ao socialismo o desenvolvimento das forças produtivas, com vistas a aumentar a produção e a riqueza a serem divididas pela sociedade. Neste sentido propõe o aumento dos setores privados da economia, atrelados a uma maior incidência dos mecanismos de mercado, e com isso incentivar a eficiência e aceleração do crescimento econômico. Estas seriam as duas visões predominantes dentro do partido e que se expressam no programa de reformas.

De outro modo, Nove também salientou que se o poder dirigente for ameaçado “de baixo”, certamente ele cerra fileiras e aparece como algo monolítico. Se nos antigos regimes

¹⁴ Comitês de Defesa da Revolução (CDR), Federação de Mulheres Cubanas (FMC), Federação Estudantil Universitária (FEU), União da Juventude Comunista (UJC), Central de Trabalhadores Cubanos (CTC), entre outras.

¹⁵A oposição (de direita) organizada ao governo é numericamente pequena dentro Cuba e pelo menos até agora tem tido pouca credibilidade junto à opinião pública. Já a oposição mais à esquerda, também reduzida, faz críticas radicais ao sistema, no entanto não adota uma postura abertamente de confronto ao poder.

do Leste Europeu isto acontecia em função da pressão popular, a experiência do processo revolucionário cubano mostra que isto é verdade, sobretudo, frente à pressão externa dos EUA. A obsessão do establishment norte-americano em subverter o “sistema social revolucionário” e derrocar os “irmãos Castro” tem sido permanente ao longo das décadas, de tal forma que deve ser considerado um elemento central para a compreensão das limitações e da dinâmica do regime político cubano. Dito isso, a ingerência histórica dos governos norte-americanos constitui uma variável chave para o ritmo das reformas, uma vez que os EUA não cessam sua ambição em ser um ator interno em Cuba.

No entanto, a partir dos anos 2000 o mapa político da América Latina mudou, e ainda que os EUA sigam com uma política de hostilidade, seu poder imperial já não é incontestável como foi nos anos iniciais pós-guerra fria. Em outras palavras, há uma relativa retração da influência dos EUA na região, o que possibilitou a emergência um eixo bolivariano (Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua) solidário a Cuba. A aproximação de Cuba com outros governos progressistas sul-americanos e a participação em organismos de integração regional como a ALBA (Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América) e CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), além de representar uma importante diversificação de suas relações externas, podem inaugurar um cenário internacional para mais propício a seu projeto reformista – e ao que parece está estrategicamente associado a esta alternativa de integração.

CONCLUSÃO

Por fim, o regime político cubano, produto da revolução de 1959, está atravessando um momento de auto-reforma do seu sistema econômico-social que está sendo considerada por muitos analistas como as mais transcendentais das últimas décadas. O sistema cubano até então padeceu de diversas contradições, tais como: proporcionava um nível de bem-estar social relativamente em boas condições – especialmente o acesso gratuito e universal à saúde e educação –, além de vários serviços subsidiados pelo Estado (inclusive alimentação básica). Por outro lado, não possibilitava a elevação do padrão de vida individual e familiar dos trabalhadores estatais, cuja renda não tem sido suficiente para a satisfação das necessidades na esfera do consumo (e dos serviços) privado; a força de trabalho cubana, conhecida pelos altos índices de escolarização, está parcialmente subutilizada uma vez que e o sistema não tem conseguido reverter este nível de conhecimento em aumento do bem-estar material¹⁶.

¹⁶Grande parte dos trabalhadores com ensino técnico ou superior é obrigada a se deslocar para funções ligadas ao turismo ou ao trabalho autônomo, muitas vezes atuando em atividades de baixa qualificação, que nas atuais condições são mais rentáveis. Por exemplo, um engenheiro que atua como taxista. O economista Pedro Monreal ressalta que o nível educacional dos cubanos é uma das maiores vantagens comparativas do país.

Apesar da manutenção das conquistas sociais e da recuperação econômica inconclusa no final da década de 1990, a capacidade produtiva do sistema ainda segue muito depreciada, e poderia conduzir a outro cenário de crise potencial (não apenas em termos econômicos, mas talvez com impactos no seu sistema político¹⁷). As próprias conquistas da Revolução não são sustentáveis nas atuais condições de produtividade da economia, ou seja, o país não produz o suficiente para assegurar os amplos direitos sociais da população, e conseqüentemente o Estado está incorrendo em endividamentos crescentes. Diante deste cenário, segundo o governo cubano, estaria em gestação uma situação insustentável no médio e longo prazo, inclusive, com conseqüências políticas imprevisíveis.

Para concluir, a etapa iniciada sob o mote da “atualização do socialismo” está sendo marcada pela busca de outros instrumentais econômicos capazes de enfrentar com êxito as conseqüências da prolongada crise que se seguiu à derrocada do Bloco Socialista, que acabou por estreitar as bases de apoio do regime. Uma redefinição do seu projeto socialista está abrindo caminho para um setor reconhecidamente mercantil da economia, que se quer tentar controlar, juntamente com a proeminência de um setor estatal mais descentralizado e autônomo que opere com mais eficiência. A intenção, ao que parece, é transitar de um modelo socialista que se inspirou no sistema soviético para um socialismo com características nacionais que consiga responder aos seus desafios contemporâneos, e certamente o maior deles é enfrentar o subdesenvolvimento econômico¹⁸, especialmente aumentar a capacidade produtiva de sua economia em quantidade e qualidade. E com isso busca-se nutrir a legitimidade política da Revolução para assegurar estabilidade do regime – não está em discussão a direção do Partido Comunista como partido único - em um período de transição geracional do comando do país. De um ponto de vista mais amplo, porém, está em jogo a própria sobrevivência da Revolução cubana como um processo político transformador e a sua capacidade de reinventar um projeto socialista de novo tipo, de acordo com as condições do século XXI e a sua experiência histórica.

Referências

ALONSO, Aurélio. *Sair do caos sem cair da lei da selva*. In: *Le monde diplomatique Brasil*. São Paulo. Edição: Julho, 2008.

_____. *Cuba: a sociedade após meio de século de mudanças, conquistas e contratempos*. São Paulo: Revista Estudos Avançados (USP) nº 72, 2011.

¹⁷ É difícil imaginar outro regime que tenha passado por uma crise econômica tão aguda como os cubanos passaram no início dos anos 1990 e ter conseguido manter, essencialmente, seu sistema político incólume.

¹⁸ Ainda que não seja o foco deste artigo, certamente o regime cubano tem desafios de natureza política, sobretudo, as relações entre a sociedade civil e o Estado, ainda fortemente hierárquicas, além de outros aspectos do poder popular que exigem maior democratização.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BLACKBURN, Robin (Org). *Depois da Queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1993.

BORÓN, Atílio. *O socialismo no século XXI: Há vida depois do neoliberalismo?* São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.

BRITO, Julian. A Revolução Cubana após a derrubada do “campo socialista”: as condições da sobrevivência política. In: *Revista Aurora*, v.6, n°1, 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2699/2123>. Acesso em 30/01/2013.

CARRANZA, J. *La economía cubana: balance breve de una década crítica*. Havana: Revista Temas n° 30, 2002.

CASTRO, Fidel. *Discurso en la Universidad de la Habana. 17 de Noviembre de 2005*. In: GUANCHE (org). *El poder y el proyecto: Un debate sobre el presente y el futuro de la revolución en Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.

CASTRO, Raúl. Discursos de Raúl Castro. In: <http://www.cubadebate.cu/categoria/raul-castro-ruz/>. Acesso em 15/03/2013.

DILLA, Haroldo. *La dirección y los límites de los cambios*. Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad n° 216, 2010.

_____. *Cuba: ¿Transición o continuidad?* Buenos Aires: Revista Herramienta n°35, 2007.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Luis. *O enigma do Socialismo Real*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2000.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

GUANCHE, Julio Cesar. *El poder y el proyecto: Un debate sobre el presente y el futuro de la revolución en Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009.

HARNECKER, Camila. Visiones sobre el socialismo que guían los cambios actuales en Cuba. Havana: *Revista Temas* n° 70, 2012.

LEWIN, Moshe. O que foi o sistema soviético? In: *Revista Margem Esquerda* n°10. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

MESA-LAGO, Carmelo. *Balance Económico-Social de 50 años de Revolución en Cuba (2009)*. Disponível em <<http://www.mesa-lago.com>>, acesso em 16/10/11.

_____. *Cuba: qué cambia tras el VI Congreso del Partido Comunista?* Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad n° 234, 2011.

_____. *Cuba en la era de Raul Castro. Reformas económico-sociales y sus efectos*. Madrid: Ed: Colibrí, 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

SALAZAR, Luis Suárez. *La “crisis cubana”. Un análisis desde La Habana*. Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad n° 121, 1992.

SERBIN, Andrés. Círculos Concéntricos: La política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de “actualización”. In: AYERBE, Luis Fernando (org). *Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos*. Buenos Aires: Ed. Icaria, 2011.

SOUSA SANTOS, B. *Por que é que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda?* Coimbra: Oficina do CES n° 322, 2009.

VALDÉS PAZ, Juan. *El espacio y el límite. Estudios sobre el sistema político cubano*. Havana: Ruth Casa Editorial, 2009.

VAZQUEZ, Julio Diaz. *Un balance crítico sobre la economía cubana. Notas sobre dirección y gestión*. Havana: Revista Temas n°66, 2011.

_____. Actualizar el modelo económico en Cuba: ¿patrón chino o vietnamita? In: *Análisis y pensamiento iberoamericano sobre China*. Baiona: Ed. Observatorio de la Política China, 2012. Disponível em: http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1341234981jixi_zhongguo4.pdf. Acesso em 08/11/2013.

VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. *Informacion sobre el resultado del debate de los lineamientos de la política económica e social del Partido y la Revolucion*. Mayo de 2011. Disponível em: < <http://cubadebate.cu/> >. Acesso em 20/05/2011.